

Relatório e Contas

Ano 2017



Índice

Mensagem do Presidente.....	1
Introdução	2
Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra.....	3
Organograma dos Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra.....	6
Missão, Visão e Valores	7
Principais Objetivos do Código de Ética e Conduta.....	8
Respostas Sociais.....	9
Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI)	9
Centro de Dia.....	11
Serviço de Apoio Domiciliário.....	13
Caracterização dos Idosos	15
Atividades Desenvolvidas	18
Recursos Humanos	19
Indicadores Económico-financeiros	21
Introdução	21
Rendimentos e Ganhos	21
Gastos e Perdas	22
Resultados	22
Proposta de aplicação do Resultado Líquido do período de 2017.....	23
Nota final	23
Contas do Exercício de 2017.....	24
Balanço e Demonstração de Resultados	25
Demonstração de Fluxos de Caixa.....	28
Demonstração de Alteração dos Fundos Patrimoniais	30
Demonstração de Resultados por Valências	32
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	34
01 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE.....	35
02 - REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
03 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS.....	36
04 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	42
05 - ATIVOS INTANGÍVEIS	44
06 - DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	45
07 - INVENTÁRIOS.....	45
08 - RÉDITO	46
09 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO	47
10 - PESSOAL.....	48
11 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	49
12 - OUTRAS INFORMAÇÕES	50
13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO	52
Convocatória da Reunião do Conselho de Curadores	53

Mensagem do Presidente

No cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias o Conselho de Administração da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, vem apresentar o relatório e contas referente ao ano de 2017.

Não podemos deixar de realçar mais uma vez o forte investimento realizado na obra de construção da nova ERPI, inaugurada em Maio de 2017 e nas obras de manutenção e melhoramento das antigas instalações, as quais importaram um grande esforço financeiro por parte da Fundação, sem tal viesse a comprometer o equilíbrio financeiro da instituição.

Paralelamente, temos vindo a fazer um esforço, a nível interno e junto da tutela, para rentabilizar o investimento efetuado.

Com esta obra foi possível melhorar as condições de acolhimento dos nossos utentes e também criar mais postos de trabalho numa região muito marcada pela “desertificação”.

Apesar da difícil conjuntura económica, procurámos no ano de 2017, não só adaptarmo-nos as legítimas exigências dos nossos utentes, o que importa sempre investimentos quer nas infraestruturas quer na formação dos nossos funcionários e colaboradores, mas também continuar a ser um importante impulsionador do mercado de trabalho local.

Para tal, continuámos a nortear as linhas de orientação do Conselho de Administração na direção e cumprimento de rigorosos critérios de competência e profissionalismo, o que permitiu, mais uma vez, terminar o ano económico com resultados positivos.

Acreditamos que este é o caminho e contamos com todos para o percorrer.

O Presidente do Conselho de Administração,



José Raul Guerreiro Mendes dos Santos

Introdução

O relatório e contas ora apresentado, referente ao ano de 2017, reflete, como não podia deixar de ser, aquela que foi a atividade económica da instituição neste espaço temporal.

Como se poderá verificar da análise do mesmo, resulta clara a preocupação do Conselho de Administração em manter um equilíbrio financeiro que permita à Fundação encarar o futuro com otimismo mas também com responsabilidade.

Procurou-se e conseguiu-se, com oscilações de pormenor, manter o nível de receitas e de despesas, que se veio a traduzir, à semelhança de anos transatos, num resultado líquido positivo.

Não obstante, como é sabido, os investimentos na melhoria e manutenção do património imobiliário da Fundação, não deixaram de ser feitos, assim como não se deixou de proporcionar aos nossos utentes cada vez mais e melhores condições de acolhimento.

Para tal, mantivemos e continuaremos a manter no futuro, uma linha de atuação acentuadamente marcada pela observação de rigorosos princípios de cumprimento orçamental que nos permita manter no caminho trilhado até ao presente, que acreditamos ser aquele que melhor defende os interesses da Fundação.

Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	Presidente – José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos; Tesoureira - Maria Emília Guerreiro Martins Coelho Marques; Secretário – António Guerreiro; 1º Suplente – Jesuíno Coelho Rodrigues.
DIRETOR EXECUTIVO	Teresa Paula Guerreiro Coelho Dias.
CONSELHO FISCAL	Presidente – Manuel Francisco C.de Brito Marcelino; Vice-Presidente – André Alexandre da Costa Baltazar; Vogal – Jesuíno José Fernando Guerreiro.

**CONSELHO
DE
CURADORES**

- José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos (Presidente);
- Maria Inês dos Santos Afonso Guerreiro;
- Maria Emília Guerreiro Martins Coelho Marques;
- Teresa Paula Guerreiro Coelho Dias;
- Joaquim José Guerreiro Rita;
- Dora Manuela Nobre Palhinha;
- Célia Maria de Brito Guerreiro Mendes;
- António Guerreiro;
- Jesuíno Coelho Rodrigues;
- Manuel Francisco Cristina de Brito Marcelino;
- André Alexandre da Costa Baltazar;
- Marciano Guerreiro da Silva;
- Manuel Valério Guerreiro;
- Maria José de Brito Guerreiro Mestre;
- Jorge Martins Plácido;
- Manuel Coelho Rodrigues;
- Joaquim António Mendes;
- Deolindo Afonso da Silva;
- Aníbal João Coelho;
- Maria de Fátima Almeida Dias;

MEMBROS EM SUBSTITUIÇÃO	<p>- José Diogo Morais dos Santos, em substituição de José Raul Guerreiro Mendes dos Santos;</p> <p>- Susana Isabel Pereira Quintino, em substituição de Maria Emília Guerreiro Martins Coelho Ramos Marques;</p> <p>- Ana Filipa dos Santos Afonso Guerreiro, em substituição de Teresa Paula Guerreiro Coelho Dias;</p> <p>- Telmo da Encarnação Afonso, em substituição de Manuel Francisco Cristina de Brito Marcelino;</p> <p>- Filomena de Jesus Ribeiro Parreira Dias, em substituição de André Alexandre da Costa Baltazar.</p>
--	---

Organograma dos Órgãos Sociais da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra



Missão, Visão e Valores

Missão

A Fundação Casa do Povo de Santana da Serra é uma fundação de solidariedade social, sem fins lucrativos, que estabeleceu como missão contribuir para o fomento da ação social, nomeadamente através da proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade para o trabalho, do apoio a crianças, jovens e idosos, do apoio às famílias, do apoio à integração social e comunitária e do apoio e proteção aos deficientes, sempre com o objectivo de prestar serviços de elevada qualidade de profissionalismo.

Visão

Ser a instituição de referência no sector da ação e apoio social não só no concelho de Ourique, mas em todas as regiões onde esteja presente, reconhecida pela sua forte ligação à comunidade e excelência na sua capacidade de intervenção.

Valores

Responsabilidade - Para com os Clientes é o nosso dever central

Profissionalismo: - Assegurar um desempenho profissional e competente

Compromisso: Caminhar em direção à excelência

Solidariedade: Sempre presente nas nossas intervenções

Humanismo: As pessoas sempre primeiro

Confidencialidade: A confidencialidade vale por si própria. O sigilo é parte essencial da ética profissional

Integridade: A coerência da ação que desenvolvemos e a forma como os outros a vêem.

Modernização/Inovação: Orientação que conduz à autonomia, à independência e à liberdade criativa e responsável

Pró-atividade: É Ser fonte de resolução de problemas em vez obstáculo

Trabalho em equipa/cooperação: Forma de estar que não abdicaremos

Principais Objetivos do Código de Ética e Conduta

O presente Código de Conduta e Ética é o referencial orientador das nossas práticas profissionais e da autorregulação de condutas, facilitando a resolução de dilemas ou questões éticas que naturalmente surgem no nosso dia-a-dia.

Os objetivos principais são:

- Dar a conhecer de forma inequívoca aos Colaboradores, Clientes, Parceiros, Fornecedores e, de uma forma geral, a toda a Comunidade os valores preconizados, vividos e exigidos pela Fundação, fomentando relações crescentes de confiança entre todos eles;
- Reforçar os padrões éticos de atuação no seu conjunto, constituindo-se como um pilar da política de responsabilidade social desenvolvida pela Fundação;
- Cimentar na Fundação a existência e a partilha de valores e normas de conduta, reforçando uma cultura comum;

Respostas Sociais

Estrutura Residencial Para Pessoas Idosas (ERPI)

A Fundação Casa do Povo de Santana da Serra – Centro de Apoio à 3ª Idade é um Equipamento Social de alojamento coletivo que proporciona cuidados permanentes ou temporários.

Destinatários

Pessoas de idade igual ou superior a 65 anos, cujas problemáticas bio-psicossocial-social não possam ser tratadas através de outras formas de resposta.

Objectivos

Para esta instituição os utentes são o centro da sua ação, procurando sempre responder às suas necessidades, respeitando e promovendo os seus direitos.

Os objetivos da instituição passam por:

- ✓ Assegurar aos utentes uma vida equivalente à vivência familiar, na forma de cuidados coletivos e individualizados;
- ✓ Promover o bem-estar bio-psicossocial-social dos utentes;
- ✓ Proporcionar alojamento que assegure aos utentes uma vida confortável, respeitando tanto quanto possível a sua independência;
- ✓ Proporcionar cuidados permanentes que garantam a satisfação das necessidades diárias dos utentes;
- ✓ Contribuir para estabilizar e/ou retardar o processo de envelhecimento;
- ✓ Contribuir para a reabilitação de incapacidades físicas;
- ✓ Promover o fortalecimento das relações inter-familiares e a preservação dos laços familiares;
- ✓ Potenciar a integração social.

Serviços Prestados

- Alojamento (temporário ou permanente);
- Alimentação adequada às necessidades dos utentes, respeitando as prescrições médicas;
- Cuidados de higiene pessoal;
- Tratamento de roupa;
- Conforto dos espaços;
- Atividades de animação sociocultural, lúdico-recreativas e ocupacionais que visem contribuir, para um clima de relacionamento saudável entre os utentes e para a estimulação e manutenção das suas capacidades físicas e psíquicas;
- Apoio no desempenho das atividades da vida diária;
- Cuidados médicos e de enfermagem (engloba a administração de fármacos, quando prescritos).

Capacidade Instalada da ERPI

A instituição tem acordo de cooperação para 22 utentes. Nos termos do acordo de cooperação destas 22 vagas, 3 estão reservadas à segurança social.



Centro de Dia

O Centro de Dia consiste numa resposta social, desenvolvida no edifício-sede, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

Destinatários

É uma resposta social que se destina a acolher pessoas idosas, de ambos os sexos para a satisfação das suas necessidades básicas.

São objetivos do Centro de Dia de Santana da Serra:

- ✓ Prestar serviços que satisfaçam as necessidades básicas;
- ✓ Fomentar as relações interpessoais ao nível dos idosos, e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;
- ✓ Detetar as necessidades das pessoas idosas de forma a permitir um melhor planeamento e adequação dos serviços;
- ✓ Colocar à disposição das pessoas idosas as diversas formas de ajuda adequada à sua situação, de acordo com as necessidades expressas e a capacidade de resposta do Centro de Dia de Santana da Serra.
- ✓ Prestar ao idoso o acolhimento e informações necessárias;
- ✓ Prestação de apoio psicossocial.

Serviços prestados

Proporciona uma alimentação cuidada, presta cuidados de higiene e conforto e desenvolve atividades que fomentem o convívio propiciando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos seus residentes.

Capacidade Instalada

A Resposta Social de Centro de Dia da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra tem acordo de cooperação para 20 utentes.



Serviço de Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio.

Destinatários

Esta resposta social destina-se a pessoas idosas, adultos ou famílias quando, por motivos de saúde, deficiência ou outros impedimentos, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

São objetivos do Serviço de Apoio Domiciliário de Santana da Serra:

- ✓ Contribuir para que o idoso se sinta menos isolado e só;
- ✓ Fomentar as relações interpessoais ao nível dos idosos, e destes com outros grupos etários, a fim de evitar o isolamento;
- ✓ Detetar as necessidades das pessoas idosas de forma a permitir um melhor planeamento e adequação de serviços;
- ✓ Contribuir para a melhoria das condições de higiene, saúde e alimentação dos idosos que já não têm capacidade para realizar total ou parcialmente, as tarefas da vida diária;
- ✓ Promover alterações e adaptações do domicílio para que os utentes sejam o mais independentemente possível.

Serviços Prestados

- ✓ Cuidados de higiene e conforto pessoal;
- ✓ Higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados;
- ✓ Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica;
- ✓ Tratamento da roupa do uso pessoal do utente;
- ✓ Atividades de animação e socialização, designadamente, animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade;
- ✓ Administração de medicação, quando prescrita pelo médico.

Capacidade Instalada

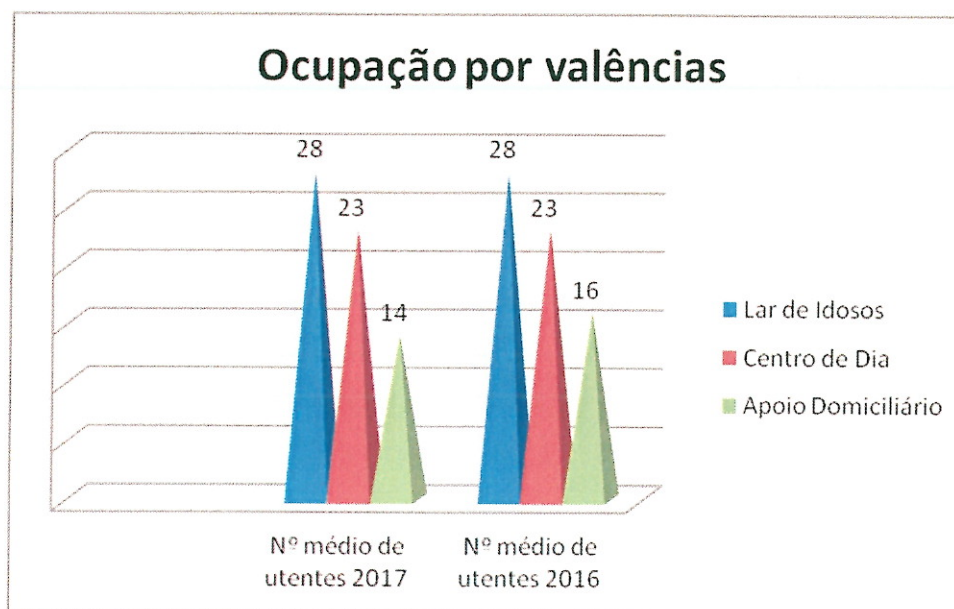
O Serviço de Apoio Domiciliário tem acordo de cooperação para 10 utentes.



Caracterização dos Idosos

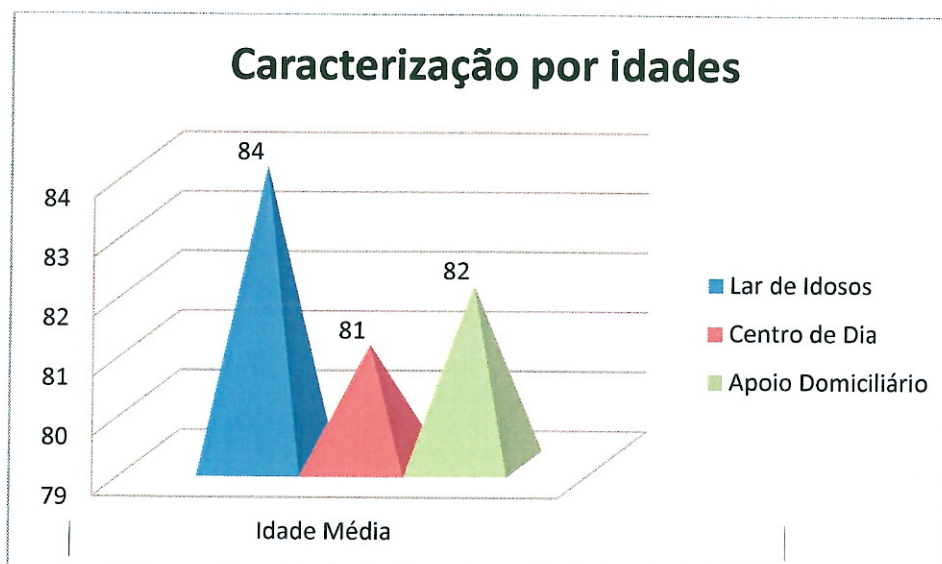
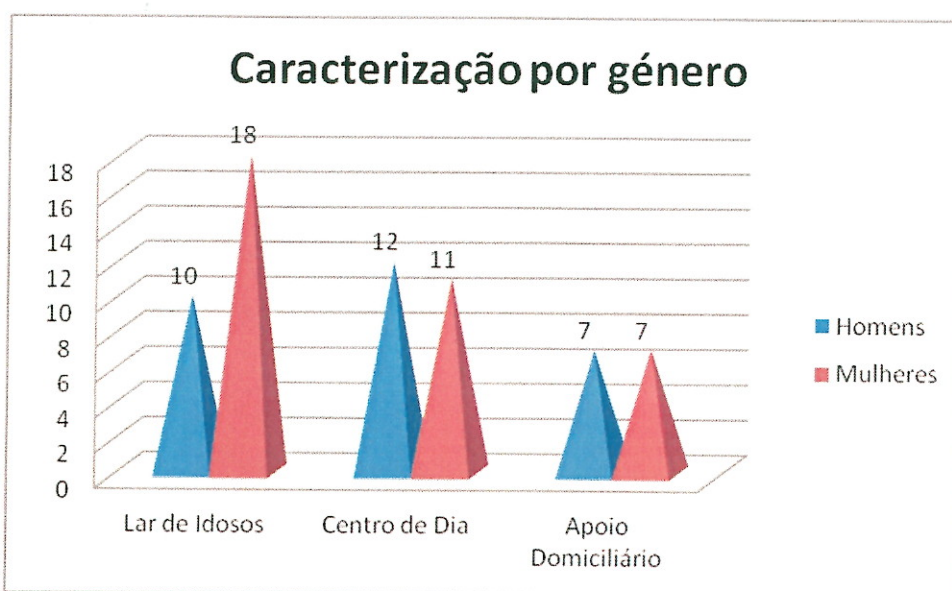
Idosos - Fundação Casa do Povo de Santana da Serra

Valências	Nº médio de utentes 2017	Nº médio de utentes 2016
Lar de Idosos	28	28
Centro de Dia	23	23
Apoio Domiciliário	14	16



Caracterização dos Utentes - 2017

Valências	Homens	Mulheres	Idade Média
Lar de Idosos	10	18	84
Centro de Dia	12	11	81
Apoio Domiciliário	7	7	82



Cantinas Sociais

O Instituto de Segurança Social, I.P e a Fundação Casa do Povo de Santana da Serra – Centro de Apoio à 3ª Idade estabeleceram um protocolo de colaboração no âmbito da convenção da rede solidária de cantinas sociais para o programa de emergência alimentar, podendo vir este a ser alterado e reajustado face às necessidades e realidade local. Assim a cantina social é uma medida desenvolvida pela Fundação Casa do Povo de Santana da Serra e que consiste no fornecimento de refeições diárias, incluindo fins-de-semana e feriados.

Destinatários

Indivíduos e/ou agregados familiares em situação comprovada de carência económica.

Objectivos

- ✓ Garantir a alimentação a população carenciada
- ✓ Sinalizar e diagnosticar situações, tendo em vista um encaminhamento

Serviços Prestados

Confeção e fornecimento de refeições destinadas, preferencialmente, a consumo externo durante 7 dias por semana.



Atividades Desenvolvidas

Numa instituição como a nossa, as diversas atividades não acontecem ao acaso, estão integradas num contexto, convergindo para o mesmo fim.

A política de apoio aos idosos desde o início delineada continua a caracterizar-se por um crescimento das atividades desenvolvidas de acordo com o previsto no plano de atividades.

Consideramos que globalmente foi um ano positivo. Atingimos quase todos os objetivos que programamos.

Realizamos algumas ações que criaram novas dinâmicas socioculturais.

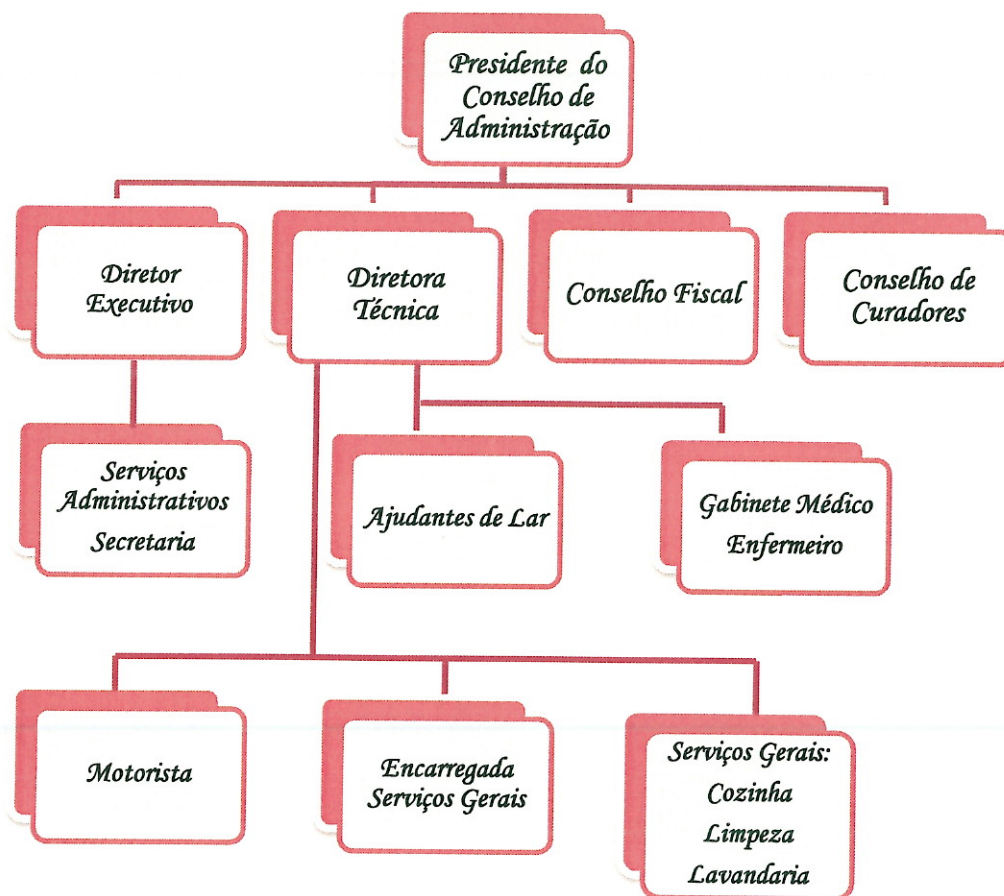
Devido às exigências atuais é necessário melhorar permanentemente os serviços que prestamos aos utentes.

No ano de 2017 destacaram-se diversos eventos, que por reforçarem a união e a amizade entre os utentes e a instituição, que merecem ser sublinhados:

- ✓ Comemoração do Dia de Reis;
- ✓ Baile de Carnaval;
- ✓ Comemoração do Dia de Páscoa;
- ✓ Comemoração do Dia 25 de Abril;
- ✓ Comemoração do Dia do Trabalhador – Almoço Convívio
- ✓ Passeio Anual à Feira de Garvão;
- ✓ Visita Anual à Ovibeja;
- ✓ Participação e Visita Anual à Feira dos Sabores de Santana da Serra;
- ✓ Comemoração dos Santos Populares – Baile de S. João;
- ✓ Visita às Festas da Nossa Senhora da Cola;
- ✓ Comemoração do Dia do Idoso;
- ✓ Comemoração do Dia de S. Martinho;
- ✓ Almoço de Natal.

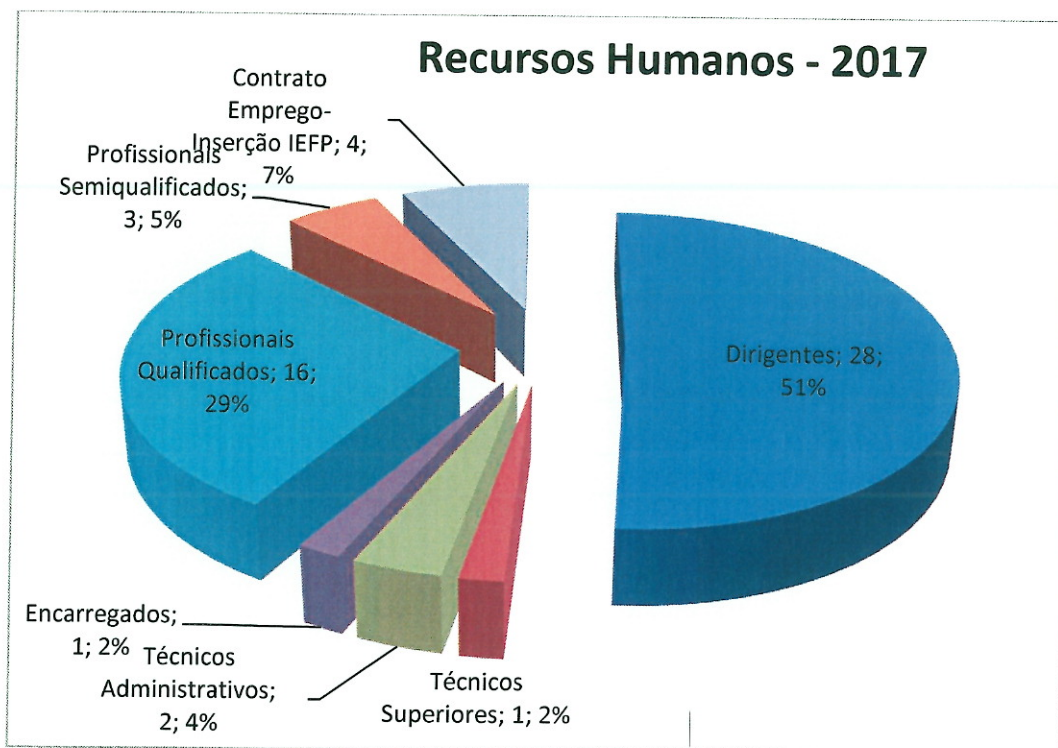
Recursos Humanos

Organigrama da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra



Balanco Social da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra

Grupo de Pessoal	Nº Colaboradores 2017	Homens	Mulheres	Idade Média	Nº Colaboradores 2016
Dirigentes	28	18	10	56	20
Técnicos Superiores	1	0	1	33	1
Técnicos Administrativos	2	0	2	45	2
Encarregados	1	0	1	50	1
Profissionais Qualificados	16	1	15	48	18
Profissionais Semiquualificados	3	0	3	43	2
Contrato Emprego-Inserção IEPF	4	0	4	35	4



Indicadores Económico-financeiros**Introdução**

De acordo com o disposto no artigo 20º alínea a) dos Estatutos da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, passamos a apresentar as contas relativas ao exercício de 2017 para discussão e votação.

O objetivo das demonstrações financeiras é o de proporcionar informação fiável acerca da posição e do desempenho financeiro de uma determinada entidade que seja útil nas recetivas tomadas de decisões económicas, permitindo, simultaneamente, mostrar os resultados da gestão e dos recursos que lhe foram confiados e colocados à disposição.

Para satisfazer este objetivo, as demonstrações financeiras proporcionam informação acerca dos ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos e outras alterações do capital próprio.

Estas informações, contidas em mapas como o balanço, a demonstração de resultados, devem transmitir uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados das contas anuais.

Rendimentos e Ganhos

RENDIMENTOS E GANHOS	2017	2016	2015
Vendas e serviços prestados	326.507,61	302.930,78	268.278,66
Subsídios à exploração	176.081,32	214.970,75	198.757,98
Outros rendimentos e ganhos	56.158,50	45.058,83	122.366,28
Total	558.747,43	562.960,36	589.402,92

Na conta Vendas e serviços prestados são refletidos os proveitos com vendas de fraldas e as prestações de serviços ao longo do ano nomeadamente as mensalidades pagas pelos utentes.

Na conta Subsídios à exploração são refletidos os proveitos com as participações do Instituto Segurança Social I.P - Centro Distrital de Beja e o IEFP.

Na conta Outros rendimentos e ganhos são refletidos os proveitos com participação em transporte paga pelos utentes, imputação de subsídios ao investimento, restituição de impostos e donativos.

Gastos e Perdas

GASTOS E PERDAS	2017	2016	2015
Custo das matérias consumidas	72.305,22	69.113,48	61.650,50
Fornecimentos e serviços externos	102.522,63	125.829,61	91.132,69
Gastos com o pessoal	319.723,85	294.527,20	299.039,37
Outros gastos e perdas	56.416,16	61.633,56	73.645,89
Total	550.967,86	551.103,85	525.468,45

No que se refere à conta Custo das matérias consumidas, são refletidos os custos com géneros alimentares e fraldas.

No que se refere à conta Fornecimentos e serviços externos, são refletidos os custos com trabalhos especializados, vigilância e segurança, honorários, conservação e reparação, ferramentas e utensílios de desgaste rápido, material de escritório, artigos para oferta, lenha, eletricidade, combustíveis, água, deslocações, comunicação, seguros, contencioso e notariado, despesas de representação e outros.

No que se refere à conta Gastos com o Pessoal, são refletidos os custos com o pessoal da Instituição e o pessoal colocado no âmbito dos contratos de emprego inserção e emprego inserção mais, protocolados com o IEFP.

No que se refere à conta Outros Gastos e Perdas, são refletidos os custos com impostos indiretos e taxas, gastos de depreciação e amortização dos ativos devido ao uso e desgaste dos mesmos, custos das diversas despesas bancárias ao longo do ano.

Resultados

RESULTADOS	2017	2016	2015
RENDIMENTOS E GANHOS	558.747,43	562.960,36	589.402,92
GASTOS E PERDAS	550.967,86	551.103,85	525.468,45
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.779,57	11.856,51	63.934,47

Foi apurado um resultado líquido no período para o ano 2017, de 7.779,57 Euros.

Proposta de aplicação do Resultado Líquido do período de 2017

Face aos elementos apresentados, o Conselho de Administração propõe o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2017.
2. Que o resultado líquido do período na importância de 7.779,57 seja aplicado na conta de “Resultados transitados”.

Nota final

Por mais difícil que se apresente a conjuntura socioeconómica, o compromisso de entrega, empenho e dedicação em prol e ao serviço da nossa instituição, assumido pelos órgãos sociais no dia da sua tomada de posse, manter-se-á inalterado até ao final do mandato.

Empregaremos ao serviço da nossa instituição todo o nosso profissionalismo, e continuaremos a pautar-nos pelo rigor e disciplina orçamentais nos exercícios financeiros que se seguem.

A ação social em que estamos envolvidos exige o melhor de todos nós, só assim poderemos melhorar os nossos serviços e as nossas capacidades para os proporcionar a quem deles necessita.

Acreditamos estar no caminho certo, todos sem exceção, órgãos sociais e colaboradores, tem revelado empenho e profissionalismo, situação que devemos saudar e pela qual nos congratulamos.

Não obstante não podemos parar, nem estagnar no tempo, sob pena de se perder todo o trabalho até agora feito, devemos sim procurar melhorar e adaptarmo-nos as constantes necessidades de mudança e modernização, para as quais devemos estar preparados.

Contamos com todos para um futuro que se espera e deseja de esperança.

O Presidente do Conselho de Administração



/José Raul Guerreiro Mendes dos Santos/

Contas do Exercício de 2017

Balanco e Demonstração de Resultados

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 2017/12/31

BALANÇO PARA ESNL em 31 de DEZEMBRO de 2017

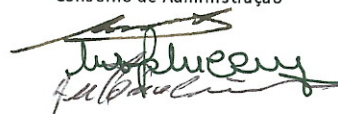
Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1.045.616,41	1.064.441,43
Ativos intangíveis	5	19.557,00	32.587,80
Investimentos Financeiros		1.424,68	915,33
		1.066.598,09	1.097.944,56
Ativo corrente			
Inventários	7	2.049,88	1.264,58
Créditos a receber		5.093,82	5.220,94
Diferimentos		3.500,01	
Outros ativos correntes		5.751,52	1.124,52
Caixa e depósitos bancários		272.784,33	308.388,44
		289.179,56	315.998,48
Total do Ativo		1.355.777,65	1.413.943,04
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		292.925,27	292.925,27
Resultados trânsitados		278.228,57	266.372,06
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais		675.115,81	714.549,71
		1.246.269,65	1.273.847,04
Resultado líquido do período		7.779,57	11.856,51
Total dos fundos patrimoniais		1.254.049,22	1.285.703,55
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores		6.221,05	2.017,59
Estado e outros entes públicos		6.810,05	6.700,76
Finciamentos obtidos	6		1.650,89
Diferimentos		1.586,07	
Outros passivos correntes		87.111,26	117.870,25
		101.728,43	128.239,49
Total do Passivo		101.728,43	128.239,49
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1.355.777,65	1.413.943,04

O Contab. Certificado



Conselho de Administração



FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 2017/12/31

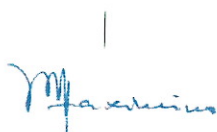
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA PARA ESNL

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2017

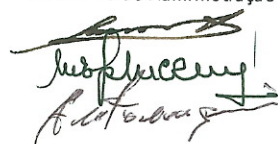
Unidade Monetária (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	8	326.507,61	302.930,78
Subsídios, doações e legados à exploração	9	176.081,32	214.970,75
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-72.305,22	-69.113,48
Fornecimento e serviços externos	12	-102.522,63	-125.829,61
Gastos com o pessoal	10	-319.723,85	-294.527,20
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			-2.249,02
Outros rendimentos	12	56.158,50	45.058,83
Outros gastos	12	-661,67	-3.323,47
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		63.534,06	67.917,58
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	-55.340,82	-55.474,16
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8.193,24	12.443,42
Juros e gastos similares suportados	12	-413,67	-586,91
Resultado antes de Impostos		7.779,57	11.856,51
Resultado líquido do período		7.779,57	11.856,51

O Contab. Certificado



Conselho de Administração



Demonstração de Fluxos de Caixa

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 2017/12/31

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA PARA ESNL

PERÍODO FINDO EM 31 DEZEMBRO 2017

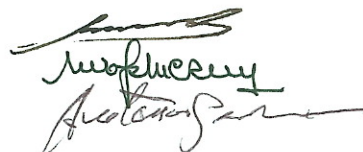
Unidade Monetária (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de clientes e utentes		327.332,55	304.339,81
Pagamento a fornecedores		-174.070,83	-189.275,98
Pagamento ao pessoal		-224.806,58	-210.252,33
Caixa gerada pelas operações		-71.544,86	-95.188,50
Outros recebimentos/pagamentos		94.243,00	122.050,20
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		22.698,14	26.861,70
Fluxos de caixa das Atividades de investimento			
Ativos fixos tangíveis	5	-29.955,63	-13.945,45
Ativos fixos tangíveis			300,00
Subsídios ao investimento	9	-26.513,98	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-56.469,61	-13.645,45
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações			29.773,64
Pagamentos respeitantes a:			
Outras operações de financiamento		-1.832,64	-3.400,77
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-1.832,64	26.372,87
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-35.604,11	39.589,12
Caixa e seus equivalentes no início do período		308.388,44	268.799,32
Caixa e seus equivalentes no fim do período		272.784,33	308.388,44

O Contab. Certificado



Conselho de Administração



Demonstração de Alteração dos Fundos Patrimoniais

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 31-12-2017

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO N-1

Unidade Monetária: (EUR)

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				Interesses que não controlam	Total dos fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajusta.out. variações nos fundos	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1	1	292.925,27	232.540,72	753.980,82	63.934,47	1.343.381,28	1.343.381,28
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			33.831,34	- 39.431,11	- 63.934,47	- 69.534,24	- 69.534,24
	2		33.831,34	- 39.431,11	- 63.934,47	- 69.534,24	- 69.534,24
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				11.856,51	11.856,51	11.856,51
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				- 52.077,96	- 52.077,96	- 52.077,96
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, doações e legados						-	-
	5					-	-
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1	6=1+2+3+5	292.925,27	266.372,06	714.549,71	11.856,51	1.285.703,55	1.285.703,55

FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA

Data: 31-12-2017

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DOS FUNDOS PATRIMONIAIS PARA O PERÍODO N

Unidade Monetária: (EUR)

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores				Interesses que não controlam	Total dos fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados transitados	Ajusta.out. variações nos fundos	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N	1	292.925,27	266.372,06	714.549,71	11.856,51	1.285.703,55	1.285.703,55
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			11.856,51	- 39.433,90	- 11.856,51	- 39.433,90	- 39.433,90
	2		11.856,51	- 39.433,90	- 11.856,51	- 39.433,90	- 39.433,90
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				7.779,57	7.779,57	7.779,57
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3				- 4.076,94	- 4.076,94	- 4.076,94
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Subsídios, doações e legados							
	5						
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N	6=1+2+3+5	292.925,27	278.228,57	675.115,81	7.779,57	1.254.049,22	1.254.049,22

Demonstração de Resultados por Valências

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR VALÊNCIAS							
CLASSE 7		RENDIMENTOS					
CONTA	RUBRICA	TOTAL	LAR	CENTRO DIA	APOIO DOMIC.	CANTINAS SOC	
71	VENDAS	5.723,80	4.642,30	1.067,00	14,50		
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	320.783,81	193.877,34	79.749,54	46.791,93	365,00	
721	QUOTAS UTILIZADORES (MATRÍCULAS/MENSALIDADES)	291.609,31	164.702,84	79.749,54	46.791,93	365,00	
722/728	OUTROS SERVIÇOS	29.174,50	29.174,50				
75	SUBSÍDIOS DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	176.081,32	112.176,26	29.923,31	33.028,22	953,53	
751	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	176.081,32	112.176,26	29.923,31	33.028,22	953,53	
7511	ISS, IP	160.887,77	102.817,03	26.570,10	30.588,14	912,50	
7512	OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS	15.193,55	9.359,23	3.353,21	2.440,08	41,03	
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	56.158,50	34.088,67	12.711,85	9.211,27	146,71	
781	RENDIMENTOS SUPLEMENTARES	12.038,00	6.910,44	2.974,45	2.125,53	27,58	
788	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	44.120,50	27.178,23	9.737,40	7.085,74	119,13	
7881	CORREÇÕES DE PERÍODOS ANTERIORES	2.842,30	1.750,86	627,30	456,47	7,67	
7883	IMPUTAÇÃO DE SUBSÍDIOS DE INVESTIMENTO	39.433,90	24.291,28	8.703,06	6.333,08	106,48	
7882-7884/7	RENDIMENTOS E GANHOS EM ATIVOS	12,85	7,92	2,84	2,06	0,03	
7888	OUTROS NÃO ESPECIFICADOS	1.831,45	1.128,17	404,20	294,13	4,95	
	TOTAL RENDIMENTOS	558.747,43	344.784,57	123.451,70	89.045,92	1.465,24	
CLASSE 6		GASTOS					
CONTA	RUBRICA	TOTAL	LAR	CENTRO DIA	APOIO DOMIC.	CANTINAS SOC	
61	CUSTO DAS MERCADORIAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	72.305,22	45.426,44	15.801,95	10.893,88	182,95	
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	102.522,63	63.625,45	22.355,74	16.267,92	273,52	
622	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	30.519,33	19.271,42	6.464,63	4.704,21	79,07	
6221	TRABALHOS ESPECIALIZADOS	1.095,01	674,53	241,67	175,86	2,95	
6223	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	580,29	357,46	128,07	93,19	1,57	
6224	HONORÁRIOS	14.400,35	9.235,42	2.968,49	2.160,13	36,31	
6226	CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	4.833,03	2.977,15	1.066,65	776,18	13,05	
6228	OUTROS	9.610,65	6.026,86	2.059,75	1.498,85	25,19	
623	MATERIAIS	30.630,81	18.868,57	6.760,21	4.919,30	82,73	
6231	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE DESGASTE RÁPIDO	8.102,27	4.991,00	1.788,17	1.301,22	21,88	
6233	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	3.849,99	2.371,59	849,69	618,31	10,40	
6234	ARTIGOS PARA OFERTA	1.829,60	1.127,03	403,79	293,83	4,95	
6235/6238	OUTROS	16.848,95	10.378,95	3.718,56	2.705,94	45,50	
624	ENERGIA E FLUIDOS	31.005,93	19.099,65	6.843,01	4.979,55	83,72	
6241	ELETRICIDADE	21.770,43	13.410,58	4.804,73	3.496,33	58,79	
6242	COMBUSTÍVEIS	5.155,50	3.175,79	1.137,82	827,97	13,92	
6248	OUTROS	4.080,00	2.513,28	900,46	655,25	11,01	
625	DESLOCAÇÕES, ESTADAS E TRANSPORTES	1.503,83	926,36	331,89	241,51	4,07	
6251	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	973,19	599,49	214,78	156,29	2,63	
6258	OUTROS	530,64	326,87	117,11	85,22	1,44	
626	SERVIÇOS DIVERSOS	8.862,73	5.459,45	1.956,00	1.423,35	23,93	
6262	COMUNICAÇÃO	2.412,68	1.486,21	532,48	387,48	6,51	
6263	SEGUROS	287,85	177,32	63,53	46,23	0,77	
6265	CONTENCIOSO E NOTARIADO	1.506,00	927,70	332,37	241,86	4,07	
6266	DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO	4.636,20	2.855,90	1.023,21	744,57	12,52	
6268	OUTROS SERVIÇOS	20,00	12,32	4,41	3,21	0,06	
63	GASTOS COM O PESSOAL	319.723,85	196.949,88	70.563,06	51.347,65	863,26	
632	REMUNERAÇÕES DO PESSOAL	252.475,95	155.525,18	55.721,44	40.547,63	681,70	
6321	REMUNERAÇÕES CERTAS	205.200,15	126.403,29	45.287,68	32.955,14	554,04	
6322	REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	47.275,80	29.121,89	10.433,76	7.592,49	127,66	
634	INDEMNIZAÇÕES	501,30	308,80	110,64	80,51	1,35	
6342	PESSOAL	501,30	308,80	110,64	80,51	1,35	
635	ENCARGOS SOBRE REMUNERAÇÕES	51.454,03	31.695,68	11.355,90	8.263,52	138,93	
6351/8	PESSOAL	51.454,03	31.695,68	11.355,90	8.263,52	138,93	
636	SEGUROS ACIDENTES TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	2.507,01	1.544,32	553,30	402,63	6,76	
636	PESSOAL	2.507,01	1.544,32	553,30	402,63	6,76	
638	OUTROS GASTOS COM O PESSOAL	12.785,56	7.875,90	2.821,78	2.053,36	34,52	
6388	PESSOAL	12.785,56	7.875,90	2.821,78	2.053,36	34,52	
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÕES	55.340,82	35.378,95	11.457,51	8.403,94	100,42	
642	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	42.310,02	27.351,98	8.581,61	6.311,19	65,24	
643	ATIVOS INTANGÍVEIS	13.030,80	8.026,97	2.875,90	2.092,75	35,18	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	661,67	407,60	146,03	106,26	1,78	
681	IMPOSTOS	115,95	71,43	25,59	18,62	0,31	
688	OUTROS GASTOS E PERDAS	545,72	336,17	120,44	87,64	1,47	
6881	CORREÇÕES DE PERÍODOS ANTERIORES	350,06	215,64	77,26	56,22	0,94	
6884/6888	OUTROS GASTOS E PERDAS	195,66	120,53	43,18	31,42	0,53	
69	GASTOS E PERDAS DE FINANCIAMENTO	413,67	254,82	91,30	66,44	1,11	
	TOTAL GASTOS	550.967,86	342.043,14	120.415,59	87.086,09	1.423,04	
CLASSE 8		RESULTADOS					
818	RESULTADO LÍQUIDO	7.779,57	2.741,43	3.036,11	1.959,83	42,20	

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

01 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA é uma ESNL, constituída a 01-01-2017, com sede em RUA DO POÇO NOVO, SANTANA DA SERRA, 7670-613, SANTANA DA SERRA, e tem como atividade principal APOIO A TERCEIRA IDADE.

A FUNDAÇÃO CASA DO POVO DE SANTANA DA SERRA vem dar continuidade à atividade da Casa do Povo de Santana da Serra, com a transmissão de todos os seus bens, direitos e obrigações. Este é o princípio subjacente à análise comparativa com os anos anteriores.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Entidade opera.

02 - REFERÊNCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

02.01 - As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade de operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

"Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de junho, (Sistema de Normalização Contabilística) que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Junho de 2013, relativa às Demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 26/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas n.º 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho;

"Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho, aprova o Código de Contas;

"Declaração de retificação n.º 41-A/2015 que corrige algumas inexatidões da Portaria 218/2015;

"Portaria 220/2015, de 24 de julho, aprova os modelos de Demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC;

"Declaração de retificação n.º 41-B/2015, que corrige algumas inexatidões da Portaria n.º 220/2015;

"Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, que homologa a Estrutura Conceptual;

"Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que homologa as NCRF-ESNL;

"Aviso n.º 8258, de 29 de julho, publica as Normas Interpretativas do SNC.

02.02 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos Resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior:

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

03 - PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Entidade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

03.01 - Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as bases de apresentação das demonstrações financeiras (BADF):

03.01.01 - Pressuposto da Continuidade

No âmbito do pressuposto da continuidade, a entidade avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, tendo em conta a capacidade da entidade prosseguir com o seu negócio. Da avaliação resultou que o negócio tem condições de prosseguir presumindo-se a sua continuidade.

03.01.02 - Pressuposto do Acréscimo

Os elementos das demonstrações financeiras são reconhecidos logo que satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento.

03.01.03 - Consistência de Apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras está consistente de um período para o outro.

03.01.04 - Materialidade e Agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões

económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode porém ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função. A fase final do processo de agregação e classificação é a apresentação de dados condensados e classificados que formam linhas de itens na face do balanço, na demonstração dos resultados, na demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais e na demonstração de fluxos de caixa ou no anexo.

03.01.05 - Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido ou permitido pela NCRF-ESNL. Assim, o rédito deve ser mensurado tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais e abatimentos de volume concedidos pela Entidade. A Entidade empreende, no decurso das suas atividades ordinárias, outras transações que não geram rédito mas que são inerentes às principais atividades que o geram. Os resultados de tais transações são apresentados, quando esta apresentação reflita a substância da transação ou outro acontecimento, compensando qualquer rendimento com os gastos relacionados resultantes da mesma transação. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

03.01.06 - Informação Comparativa

A informação está comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a informação narrativa e descritiva quando é relevante para uma compreensão das demonstrações financeiras do período corrente, a menos que a NCRF-ESNL o permita ou exija de outra forma.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

03.02 - POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

03.02.01 - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no fundo patrimonial como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desreconhecido, o excedente de revalorização incluído nos fundos patrimoniais associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil esperada
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 10 anos
Equipamento administrativo	Entre 4 e 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	Entre 4 e 10 anos

03.02.02 - Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas, sendo os dispêndios com atividades de pesquisa reconhecidos como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os ativos intangíveis (independentemente da forma como são adquiridos ou gerados) com vida útil indefinida não são amortizados, sendo sujeitos a testes de imparidade com uma periodicidade anual, ou então sempre que haja uma indicação de que o intangível possa estar em imparidade.

Relativamente aos intangíveis com vida útil finita, as respetivas amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Estudos e projetos - 3 anos

03.02.03 - Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença.

O método de custeio dos inventários adotado pela Entidade consiste no FIFO.

03.02.04 - Instrumentos Financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados ao custo a Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

03.02.05 - Reconhecimento do Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido de abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos.

Os rendimentos são reconhecidos na data da realização da prestação dos serviços, ou seja quando incorre nos gastos necessários para a execução dos mesmos, se necessário socorre-se do método da percentagem de acabamento ou do método do lucro nulo na impossibilidade de determinar fiavelmente o desfecho dos contratos de prestação de serviço.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos como outros ganhos e perdas líquidos quando existe o direito de os receber.

O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

03.02.06 - Subsídios

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática (proporcionalmente às depreciações dos ativos subjacentes) como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

04 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**04.01 - Divulgações Sobre Ativos Fixos Tangíveis****04.01.01 - Critérios de Mensuração usados para determinar a Quantia Escriturada Bruta**

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados pelo respetivo valor líquido de depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

04.01.02 - Métodos de Depreciação usados:

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

04.01.03 - Vidas Úteis e / ou Taxas de depreciação Usadas:

Os ativos fixos tangíveis são depreciados em quota anual durante as vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções	- 50 anos
Equipamento básico	- 4 a 10 anos
Equipamento de transporte	- 4 a 5 anos
Equipamento administrativo	- 4 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	- 4 a 10 anos

04.02 - DIVULGAÇÕES SOBRE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS:**04.02.01 - Quantia escriturada bruta, depreciação acumulada e perdas por imparidade nos A.F.T.:**

Durante os períodos findos em 31-12-2016 e em 31-12-2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIAÇÃO ACUMULADA NO INÍCIO E FIM PERÍODO

Ativos	Situação inicial				Situação final			
	Qta Bruta	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª escriturada	Qtª Bruta	Depreciações acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª Escriturada
Outros activos fixos tangíveis	1 427 730.07	363 288.64		1 064 441.43	1 451 215.07	405 598.66		1 045 616.41
Terrenos e recursos naturais	90 707.58			90 707.58	107 672.02			107 672.02
Ed. e outras construções	1 108 042.42	186 399.76		921 642.66	1 111 867.08	214 556.01		897 311.07
Equipamento básico	163 355.91	114 325.20		49 030.71	165 271.81	127 426.06		37 845.75
Equipamento transporte	42 183.00	42 183.00			42 183.00	42 183.00		
Equipamento administrativo	20 938.63	19 808.21		1 130.42	21 718.63	20 288.65		1 429.98
Outros A.F.T.	2 502.53	572,47		1 930.06	2 502.53	1 144.94		1 357.59

04.02.02 - Quantia escriturada do excedente de revalorização e movimentos no início e final do período:

Durante os períodos findos em 31-12-2016 e em 31-12-2017, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as adições, revalorizações, alienações, as amortizações, as perdas por imparidade e suas reversões e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PERÍODO

Designações	Outros activos fixos tangíveis						
	Terrenos e recursos naturais	Ed. e outras construções	Eq. básico	Eq. Transporte	Eq. administrativo	Outros	Total
Activos:							
Saldo Inicial	90 707.58	1 108 042.42	163 355.91	42 183.00	20 938.63	2 502.53	1 427 730.07
Aquisições	16 964.44	3 824.66	1 915.90		780,00		23 485.00
Alienações							
Saldo final:	107 672.02	1 111 867.08	165 271.81	42 183.00	21 718.63	2 502.53	1 451 215.07
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade							
Saldo inicial		186 399.76	114 325.20	42 183.00	19 808.21	572,47	363 288.64
Depreciações do exercício		28 156.25	13 100.86		480,44	572,47	42 310.02
Alienações							
Saldo final:		214 556.01	127 426.06	42 183.00	20 288.65	1 144.94	405 598.66

05 - ATIVOS INTANGÍVEIS

05.01.02 - Métodos de amortização usados para os ativos intangíveis com vida úteis finitas:

Os elementos dos ativos intangíveis são depreciados pelo método de quotas constantes, tendo por base as taxas de amortização previstas no Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro.

05.02 - Durante os períodos findos em 31-12-2016 e em 31-12-2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, perdas por imparidade, revalorizações e outras alterações foi o seguinte:

QTA ESCRITURADA BRUTA E AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS NO INÍCIO E FIM PERÍODO

Ativos	Situação inicial				Situação final			
	Qta Bruta	Amortiz. acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª escriturada	Qtª Bruta	Amortiz. acumuladas	Imparidades acumuladas	Qtª Escriturada
Outros activos intangíveis	70 634.10	38 046.30		32 587.80	70 634.10	51 077.10		19 557.00
Total:	70 634.10	38 046.30		32 587.80	70 634.10	51 077.10		19 557.00

QTA ESCRITURADA DO EXCEDENTE DE REVALORIZAÇÃO E MOVIMENTOS DO PERÍODO

	Outros Ativos Intangíveis	Total
Activos:		
Saldo Inicial	70 634.10	70 634.10
Aquisições		
Saldo final:	70 634.10	70 634.10
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	38 046.30	38 046.30
Amortizações do exercício	13 030.80	13 030.80
Saldo Final:	51 077.10	51 077.10
Activos Líquidos	19 557.00	19 557.00

06 - DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

07 - INVENTÁRIOS**07.01 - Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada**

Os inventários encontram-se valorizados pelo custo. O custo inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários na sua condição atual. Os custos de compra incluem o preço de compra, direitos de importação e outros impostos, custos de transporte, manuseamento, descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes.

A Entidade valoriza os seus inventários pela fórmula de custeio FIFO, a qual pressupõe que os itens de inventário que foram comprados ou produzidos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecerem em inventario no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados ou produzidos.

07.02 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

Em 31-12-2016 e em 31-12-2017, os inventários da Entidade são detalhados conforme se segue:

QUANTIA ESCRITURADA DOS INVENTÁRIOS

Descrição	31-12-2017			31-12-2016		
	Qtas Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Qta Líquidas escrituradas	Qtas Brutas	Perdas por imparidade acumuladas	Qta Líquidas escrituradas
Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	2 049.88		2 049.88	1 264.58		1 264.58
Total:	2 049.88		2 049.88	1 264.58		1 264.58

07.03 - Apuramento do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas:

O apuramento das mercadorias vendidas e das matérias consumidas/produção foi como se segue:

QTA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDAS COMO GASTOS DURANTE O PERIODO

Descrição	31-12-2017		
	mercadorias	Matérias Primas subsidiárias e de consumo	Total
Inventário Inicial:		1 264.58	1 264.58
Compras		73 090.52	73 090.52
Reclassificação e regularização de inventários			
Inventário Final		2 049.88	2 049.88
C.M.V.M.C.		72 305.22	72 305.22

08 - RÉDITO

08.01 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços

A Entidade reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Vendas - são reconhecidos nas demonstrações dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador, quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, quando o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado, quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e quando os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação passam ser fiavelmente mensurados;
- b) Prestações de serviços - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- c) Juros - são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo;

08.02 - O rédito reconhecido pela Entidade em 31-12-2017 e em 31-12-2016 é detalhado conforme se segue:

QUANTIA DE CADA CATEGORIA SIGNIFICATIVA DE RÉDITO RECONHECIDA

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Vendas de bens	5 723.80	5 443.30
Prestação de serviços	320 783.81	297 487.48
Total:	326 507.61	302 930.78

09 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando uma certeza razoável de que a Entidade irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

09.01 - Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do governo

Os registos dos subsídios ocorreram conforme segue:

SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIO DO GOVERNO

Descrição	Subsídios E.O.E.P.		Subsídios O. Entidades	
	Valor atribuído Per ou Per ant.	Valor imputado ao Período	Valor atribuído Per ou Per ant.	Valor imputado ao Período
Subsídios relacionados c/Activos /ao investimento	594.128,71	39.433,90		
Activos tangíveis:	567.321,19	25.892,25		
Outros activos fixos tangíveis	567.321,19	25.892,25		
Edifícios e outras construções	543.446,29	18.686,58		
Equipamento básico	23.874,90	7.205,67		
Activos intangíveis:	26.807,52	13.541,65		
Outros activos intangíveis	26.807,52	13.541,65		
Valor dos reembolsos no período respeitante a:	176.081,32	176.081,32		
Subsídios relacionados c/activos ao investimento				
Subsídios relacionados com rendimentos à exploração	176.081,32	176.081,32		

10 - PESSOAL**10.01 – Gastos com o Pessoal**

Os gastos reconhecidos no exercício com o pessoal discriminam-se como se segue

GASTOS COM O PESSOAL

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Gastos com o pessoal:	319 723.85	294 527.20
Remunerações do pessoal	252 475.95	229 834.97
Indemnizações	501,30	247,33
Encargos sobre remunerações	51 454.03	45 820.92
Seg ac.trab. e doenças profissionais	2 507.01	2 012.78
Outros gastos com o pessoal	12 785.56	16 611.20

11 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Vendas e prestações de serviços por atividade e mercados geográficos em 2017 distribuíram-se da seguinte forma:

INFORMAÇÃO POR ACTIVIDADES ECONÓMICAS

Descrição	Atividade CAE 87301
Vendas:	5 723.80
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	5 723.80
Prestação de Serviços	320 783.81
Compras	73 090.52
Fornecimento e serviços terceiros	102 522.63
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	72 305.22
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	72 305.22
Gastos com o pessoal	319 723.85
Remunerações	252 475.95
Outros (inclui pensões)	67 247.90
Activos fixos tangíveis	
Quantia escriturada final	1 045 616.41
Total de Aquisições	23 485.00
Das quais: Ed e outras construções	3 824.66

INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Descrição	Mercado interno	Mercado comunitário	Mercado externo
Vendas	5 723.80		
Prestação de serviços	320 783.81		
Compras	73 090.52		
F.S.E.	102 522.63		
Aquisições Activos Fixos Tangíveis	23 485.00		

12 - OUTRAS INFORMAÇÕES**12.01 - Fornecimentos e serviços externos**

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos tem no exercício de 2017 e 2016 a seguinte composição:

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS TERCEIROS

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Serviços especializados	30 519.33	36 127.91
Trabalhos especializados	1 095.01	5 787.51
Publicidade e propaganda		
Vigilância e segurança	580,29	332,85
Honorários	14 400.35	22 393.43
Conservação e reparação	4 833.03	3 927.21
Outros	9 610.65	3 686.91
Material	30 630.81	52 371.96
Ferramentas	8 102.27	26 724.29
Material de escritório	3 849.99	2 946.67
Artigos para oferta	1 829.60	5 885.22
Outros	16 848.95	16 815.78
Energia e fluidos	31 005.93	24 100.43
Electricidade	21 770.43	15 218.64
Combustíveis	5 155.50	4 836.79
Outros	4 080.00	4 045.00
Deslocações, estadas e transportes	1 503.83	887,12
Deslocações e estadas	973,19	602,07
Outros	530,64	285,05
Serviços diversos	8 862.73	12 342.19
Comunicação	2 412.68	2 428.87
Seguros	287,85	3 000.66
Contencioso e notariado	1 506.00	842,15
Despesas de representação	4 636.20	5 950.51
Outros serviços	20,00	120,00

12.02 - Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos tem no exercício de 2017 e 2016 a seguinte composição:

OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Rendimentos suplementares	12 038.00	930,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		573,06
Outros	44 120.50	43 555.77
Correções relativas a períodos anteriores	2 842.30	
Imputação de subsídios para investimentos	39 433.90	39 431.11
Restituição de impostos	12,85	1 782.14
Outros não especificados	1 831.45	2 342.52

12.03 - Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas tem no exercício de 2017 e 2016 a seguinte composição:

OUTROS GASTOS E PERDAS

Descrição	31-12-2017	31-12-2016
Impostos	115,95	111,22
Correções relativas de períodos anteriores	350,06	
Outros não especificados	195,66	2 670.00
Juros suportados		28,45
Outros gastos e perdas de financiamento	413,67	558,46

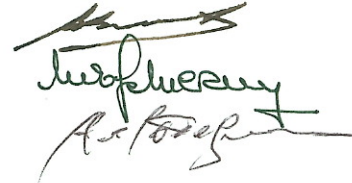
13 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data do balanço não ocorreram acontecimentos relevantes, suscetíveis de originarem ajustamentos às demonstrações financeiras:

O Contabilista certificado



O Conselho de Administração



ANEXOS

Convocatória da Reunião do Conselho de Curadores

CONVOCATÓRIA

Reunião do Conselho de Curadores Fundação Casa do Povo de Santa da Serra

José Diogo Morais dos Santos, na qualidade de Presidente em Substituição do Conselho de Curadores da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, vem nos termos do disposto nos artigos 14º e 15º dos Estatutos, convocar todos os membros do mencionado Conselho de Curadores, a reunir no próximo 02 de Maio de 2018, pelas 15H, na sede da Fundação, sita na Rua do Poço Novo, em Santana da Serra, com a seguinte ordem de trabalhos:

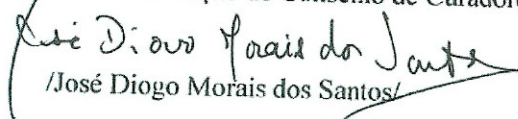
Ponto único:

Apreciação do Relatório e Contas da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra referente ao ano de 2017.

Com os melhores cumprimentos,

Santana da Serra, 16 de Abril de 2018.

O Presidente em substituição do Conselho de Curadores


/José Diogo Morais dos Santos/

ATAS

Folha 5



ATA Nº 1/2018

Aos dois dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezoito, pelas catorze horas, nas instalações da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, sita na Rua do Poço Novo, em Santana da Serra, reuniu o Conselho Fiscal, em sessão ordinária, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:-----

Ponto único: Apreciação e parecer do relatório e contas da Casa do Povo de Santana da Serra referente ao ano de 2017.-----

Estiveram presentes o Presidente Manuel Francisco Cristina de Brito Marcelino, o Vice-Presidente André Alexandre da Costa Baltazar.-----

No uso da palavra, o presidente referiu aos presentes que, nos termos do artigo 25º n.º 1 alínea c) dos estatutos, o Conselho de Administração da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, solicitou ao conselho fiscal a emissão de parecer sobre o relatório e contas do ano de 2017.-----

Analisado o documento em causa, o qual esta devidamente certificado pelo Técnico Oficial de Contas, decidiu-se, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:-----

PARECER

1 – Considera-se que o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, relativo ao ano económico de 2017, reflete com fiabilidade as operações financeiras e contabilísticas subjacentes, evidenciando de forma clara a respetiva atividade, pelo que se propõe a aprovação do mesmo.-----

2- O documento foi elaborado dentro do mais estrito respeito pela legislação vigente, e apresenta uma evolução financeira favorável, em contra ciclo com a tendência negativista imposta pela crise económico-financeira, demonstrando o órgão executivo uma boa e rigorosa capacidade de gestão dos meios humanos e materiais ao seu dispor, o que deve naturalmente ser devidamente enaltecido.-----

Por mais nada haver a tratar deu-se por encerrada esta sessão pelas quinze horas, da qual vai ser lavrada ata que será assinada por todos os presentes.-----

Manuel Francisco - Cristina de Brito Maralim
ANDRÉ BALTAZAR



ATAS

Folha

3

ATA Nº 1/2018

Aos dois dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nas instalações da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, sita na Rua do Poço Novo, em Santana da Serra, reuniu o Conselho de Curadores, em sessão ordinária, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:-----

Ponto único – Apreciação e parecer do relatório e contas da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra referente ao ano de 2017.-----

Estiveram presentes:-----

Dra. Susana Isabel Pereira Quintino em substituição de Maria Emília Guerreiro Martins Coelho Ramos Marques, que presidiu a reunião em substituição do Presidente em substituição, José Diogo Morais dos Santos-----

- Senhor Joaquim José Guerreiro Rita;-----

- Dra. Dora Manuela Nobre Palhinha;-----

- Senhora Célia Maria de Brito Guerreiro Mendes;-----

- Senhor Jesuíno Coelho Rodrigues;-----

- Senhor Jorge Martins Plácido;-----

- Senhor Manuel Coelho Rodrigues;-----

- Senhor Joaquim António Mendes;-----

- Senhor Deolindo Afonso da Silva;-----

- Dra. Maria de Fátima Almeida Dias e-----

- Senhor Telmo de Encarnação Afonso em substituição de Manuel Francisco Cristina de Brito Marcelino-----

No uso da palavra, Dra Susana Pereira Quintino em substituição do presidente em substituição, José Diogo Morais dos Santos, referiu aos presentes que, nos termos do artigo 27º alínea d) dos estatutos, o Conselho de Administração da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, solicitou ao Conselho de Curadores a emissão de parecer sobre o relatório e contas do ano de 2017.-----

Fez a apresentação e explicação aos presentes do relatório e contas referente ao exercício de 2017.-----

Analisado o documento em causa, o qual esta devidamente certificado pelo Técnico Oficial de Contas, decidiu-se, por unanimidade, aprovar o documento em análise, tendo o nosso parecer favorável:-----

Por mais nada haver a tratar deu-se por encerrada esta sessão pelas dezasseis horas, da qual vai ser lavrada ata que será assinada por todos os presentes.-----

Susana Isabel Pereira Brito
João José Guerreiro Pires

Dora Manuela Nobre Paminho
Elic Reis de Bento Guerra Mendes

Yasmino Coelho Rodrigues
José Valério Ruaid

Manuel Coelho Rodrigues

Yoaquim António de
Dionísio Gonso da Silva

Honora de Freitas d'Almeida Dias

Felmo da Encarnação Azevedo

ATAS

Folha 14

ATA Nº 3/2018

Aos dois dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezoito, pelas dezassete horas, reuniu na sua sede social sita na Rua do Poço Novo, em Santana da Serra, freguesia de Santana da Serra, concelho de Ourique, em sessão ordinária, o Conselho de Administração da Fundação Casa do Povo de Santana da Serra, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Único: Apreciação e votação do Relatório e Contas referente ao ano de 2017, bem como dos pareceres do Conselho Fiscal e do Conselho de Curadores.-----

Estiveram presentes o Presidente José Raul Guerreiro Mendes dos Santos, a tesoureira Maria Emília Guerreiro Martins Coelho Marques e o secretário António Guerreiro.-----

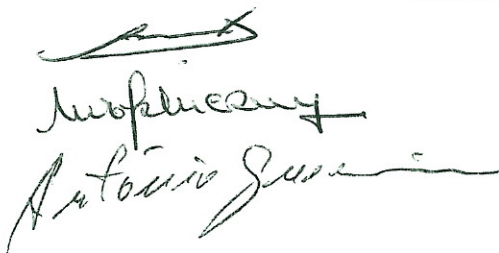
O presidente do Conselho de Administração, Exmo. Sr. José Raul Guerreiro Mendes dos Santos, deu início aos trabalhos, saudando os presentes e fazendo a introdução ao ponto único da ordem de trabalhos.-----

De seguida, no uso da palavra, fez a apresentação e explicação pormenorizada sobre o documento, salientando a delicadeza da conjuntura económico-financeira que assola todos os setores da economia nacional, destacando ainda assim que foi possível obter resultados líquidos positivos, o que só foi possível graças a política de grande rigor orçamental em vigor na instituição e também naturalmente com o valioso contributo dos funcionários e colaboradores da instituição. -----

Igualmente foram apresentados os pareceres favoráveis ao documento do Conselho Fiscal e do Conselho de Curadores. -----

Analisado e posto à consideração dos presentes, o ponto único da ordem de trabalhos, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

Por mais nada haver a tratar deu-se por encerrada esta sessão pelas dezoito horas, da qual se lavrou a presente ata.-----


António Guerreiro